DELIBERAÇÃO 402/CIB/2026-retificada em 15-10-2026

Aprova o incremento financeiro estadual destinado aos hospitais habilitados em Oncologia para a realização do procedimento de reconstrução mamária

A Comissão Intergestores Bipartite, no uso de suas atribuições, em sua reunião 303ª extraordinária do dia 17 de junho de 2026 aprova e, retifica em 06 de agosto de 2026 para ajustes dos valores. Retifica novamente em 15 de outubro de 2026 para incluir o novo código e o incremento para o valor de R$ 500,00.

Considerando a Lei Federal nº 9.797, de 06 de maio de 1999, alterada pela Lei nº 15.171, de 17 de julho de 2025, que assegura às mulheres submetidas à mastectomia o direito à cirurgia plástica reconstrutiva da mama;

Considerando a Portaria GM/MS nº 12.254, de 30 de setembro de 2026, que altera a Portaria GM/MS nº 11.387, de 22 de maio de 2026, que inclui e altera procedimentos de cirurgia plástica reconstrutiva de mama na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerando a necessidade de ampliar o acesso à reconstrução mamária às pacientes submetidas à mastectomia total ou parcial, reduzindo o tempo de espera para realização do procedimento;

Considerando a existência de demanda reprimida para procedimentos de reconstrução mamária no Estado de Santa Catarina;

Considerando que a reconstrução mamária constitui etapa integrante da linha de cuidado oncológica das pacientes submetidas à mastectomia parcial ou total em decorrência do câncer de mama;

Considerando a necessidade de fortalecer a capacidade assistencial dos estabelecimentos habilitados em oncologia para ampliação do acesso à reconstrução mamária no Estado de Santa Catarina.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o incremento financeiro estadual destinado aos estabelecimentos hospitalares habilitados em oncologia para a realização do procedimento de reconstrução mamária previsto nesta Deliberação.

§1º O incremento financeiro estadual tem por finalidade complementar os custos assistenciais necessários à ampliação da oferta de cirurgias reconstrutivas mamárias e redução da fila de espera.

Pág. 01 de 03 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SES 00154621/2026 e o código F613BNZ9.

§2º O valor do incremento financeiro será acrescido ao valor previsto na SIGTAP (valores aprovados na AIH), o valor final a ser repassado consistirá em:

SIGTAP (valores aprovados na AIH) + Tabela Catarinense + Incremento Financeiro previsto nesta Deliberação.

§3º Todas as produções decorrentes desta Deliberação estarão sujeitas à auditoria pela Diretoria de Auditoria do SUS da SES/SC e seus componentes municipais.

§ 4º A remuneração do incremento será realizada após o processamento e aprovação da produção, em faixa de autorização específica, por meio de AIH para o procedimento.

§ 5º É de responsabilidade do prestador e do gestor municipal, ao receber as faixas da Central de Regulação, realizar a conferência, para se certificar que elas se encontram dentro do intervalo de faixas específicas da Deliberação.

Art. 2º O incremento previsto nesta deliberação aplica-se aos pacientes eletivos, devendo seguir rigorosamente a ordem cronológica de inserção dos pacientes na fila do SISREG, priorizando os casos mais antigos. Se constatado o descumprimento da ordem cronológica, sem justificativa ou autorização gestora prévia, o prestador poderá ser inabilitado ao prêmio previsto.

§ 1º As Autorizações de Internação Hospitalares - AIHs que forem rejeitadas, que não possuam procedimentos elencados nesta Deliberação, que forem processadas em caráter de urgência, não serão contabilizadas no Encontro de Contas.

§ 2º Caso haja autorização em faixa divergente a prevista o hospital deverá contactar imediatamente a Central Estadual de Regulação pelo endereço de e-mail: sur.coorsceletivas@saude.sc.gov.br.

Art. 3º Em conformidade com a Lei Federal nº 9.797, de 6 de maio de 1999, alterada pela Lei nº 15.171, de 17 de julho de 2025, os procedimentos de reconstrução mamária realizados simultaneamente ao procedimento cirúrgico oncológico que ocasionou a mutilação também farão jus ao recebimento do incentivo financeiro estadual previsto nesta Deliberação.

Art. 4º A autorização do procedimento será realizada em faixa específica pelo Sistema de Regulação.

Art. 5° O procedimento de cirurgia eletiva de reconstrução mamária será realizado nos serviços de Alta Complexidade em Oncologia:

Pág. 02 de 03 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SES 00154621/2026 e o código F613BNZ9.

Macro	CNES	Hospital	Média estimada de reconstrução mamária
FOZ	2522691	HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN	2
GOESTE	2537788	HOSPITAL REGIONAL DO OESTE	2
MOESTE	2560771	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA	2
NORTE	2521792	HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA	2
NORTE	2436469	HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE	5
NORTE	2543044	HOSPITAL SAO BRAZ	2
NORTE	2306336	HOSPITAL SAO JOSE	2
SUL	2491710	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	1
SUL	2758164	HOSPITAL SAO JOSE	3
VALE	2568713	HOSPITAL REGIONAL ALTO VALE	2
VALE	2558254	HOSPITAL SANTO ANTONIO	3
VALE	2522411	HOSPITAL AZAMBUJA	2
VALE	9543856	IMIGRANTES HOSPITAL E MATERNIDADE	2

Art. 6° Fica estabelecido o valor do prêmio estadual para os procedimentos de reconstrução mamária relacionados abaixo:

TIPO DE CIRURGIA	CÓDIGO	PROCEDIMENTO	VALOR DE PRÊMIO	VALOR TOTAL
RECONSTRUÇÃO MAMÁRIA	0410010227	PLÁSTICA MAMÁRIA RECONSTRUTIVA (UNILATERAL) COM/SEM IMPLANTE DE PRÓTESE APÓS MUTILAÇÃO TOTAL OU PARCIAL COM SIMETRIZAÇÃO CONTRALATERAL	R$ 500,00	Valor SIGTAP (AIH) + Tabela Catarinense + Prêmio

Parágrafo único: O prêmio poderá ser aplicado às solicitações registradas em código único ou em composição de procedimentos sequenciais, desde que a composição esteja prevista e seja compatível com as regras estabelecidas pelo Ministério da Saúde e pelo SIGTAP.

Art. 7º Esta Deliberação terá vigência até 31 de março de 2027, podendo ser prorrogada mediante avaliação da CIB.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor a partir da competência subsequente à data de sua publicação.

Florianópolis, 15 de outubro de 2026

Assinado digitalmente
DIOGO DEMARCHI SILVA
Secretário de Estado da Saúde
Coordenadora CIB/SES

Assinado digitalmente
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Presidente do COSEMS
Coordenadora CIB/CO

Pág. 03 de 03 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SES 00154621/2026 e o código F613BNZ9.

Assinaturas do documento

Código para verificação: **F613BNZ9**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

SINARA REGINA LANDT SIMIONI (CPF: 030.XXX.839-XX) em 23/10/2026 às 13:06:25
Emitido por: "AC SAFEWEB RFB v5", emitido em 16/07/2026 - 14:18:41 e válido até 16/07/2027 - 14:18:41.
(Assinatura ICP-Brasil)

DIOGO DEMARCHI SILVA (CPF: 010.XXX.009-XX) em 26/10/2026 às 18:47:19
Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/08/2023 - 13:06:44 e válido até 02/08/2123 - 13:06:44.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTlfMDAxNTQ2MjFfMTU1ODMwXzIwMjZfRjYxM0JOWjk= ou o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo **SES 00154621/2026** e o código **F613BNZ9** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.